

Eixo Temático ET-03-007 - Meio Ambiente e Recursos Naturais

VALORAÇÃO ECONÔMICA DAS BELEZAS CÊNICAS AO LONGO DA BR 156 NO AMAPÁ, AMAZÔNIA, BRASIL

Elem Dayane Lima da Silva, Diego Armando Silva da Silva, Luan Patrick dos Santos Silva,
Lourran Tenório de Oliveira, Carla Samara Campelo de Sousa,
Jackson Rodrigo de Lima Barbosa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – Campus Laranjal do Jari.
Ensino Superior Tecnólogo Em Gestão Ambiental

RESUMO

A valoração econômica vem sendo utilizada como importante ferramenta de auxílio para proteção e preservação de bens e serviços ambientais. O presente trabalho tem como foco a valoração econômica de potenciais belezas cênicas localizadas às margens da BR 156 que liga a cidade de Macapá a Laranjal do Jari no estado do Amapá, analisando também o potencial turístico da região e assim fomentar a economia local. Assim, foram realizadas pesquisas bibliográficas e posteriormente o trecho em estudo foi georreferenciado e fotografada as belezas cênicas existente ao longo da BR. Apesar de o Brasil possuir uma das legislações ambientais mais completas, necessita-se de mais políticas públicas eficientes que auxiliem no cumprimento dessas leis, incentivando a mais pesquisas voltadas ao ecoturismo e assim fomente a socioeconomia de regiões como o Estado do Amapá.

Palavras Chaves: Serviços Ambientais; Ecoturismo; Economia Local

INTRODUÇÃO

O Brasil teve um desenvolvimento econômico intensificado na segunda metade do século XX, o crescimento da industrialização e modernização da sociedade com o aumento populacional descontrolado, se insere nesse processo o petróleo como componente chave, assim fomentando o crescimento do País (SANTIAGO, 2014).

A revolução industrial impulsionou o uso dos bens naturais de forma desenfreada e descontrolada, acarretando assim o aumento significativo dos impactos ambientais, causando intensos danos aos ecossistemas.

O desenvolvimento econômico gerou dois produtos: a riqueza e a poluição. A riqueza gerada não foi suficiente para estruturar as cidades com o mínimo de infraestrutura necessária às condições adequadas de sobrevivência das populações, e, ao longo dos anos, houve acentuada concentração dessa riqueza, fazendo com que a distância entre ricos e miseráveis ficasse mais evidente; enquanto que o volume de resíduos poluentes foi suficiente para colocar em risco a continuação da atividade econômica, bem como os biomas atingidos (MALDONADO et al. 2017).

Após a Conferência Rio-92 sobre o meio ambiente do planeta o grande desafio passou a ser conciliar o sistema econômico com o sistema ambiental, pois necessariamente se interagem, e não se pode fazer opção por um em detrimento do outro. A convivência harmônica entre ambos se tornou essencial, pois são vitais para a sobrevivência da humanidade. A boa qualidade ambiental interfere diretamente na saúde da população, bem como no desenvolvimento econômico, pois gera produtos e serviços necessários como: alimentação, trabalho, medicamentos, etc. (MALDONADO et al. 2017).

Seguindo esse panorama surgiu o termo “desenvolvimento sustentável” que nada mais é que o uso dos recursos que a natureza dispõe afim de satisfazer as necessidades da sociedade atual, sem comprometer o desenvolvimento das gerações futuras.

E ainda segundo os autores o processo de crescimento da economia deve ser orientado em favor do homem. O homem deve estar em primeiro plano na orientação da economia de crescimento. As pesquisas ambientais demonstram que as premissas da ideologia do crescimento são equivocadas, uma vez que não é possível uma economia de crescimento ilimitado em um planeta finito de recursos limitados.

Nas últimas décadas, entretanto, a sociedade tem se interessado cada vez mais por questões associadas ao meio ambiente. Isso se deve ao aumento da consciência de que os recursos naturais são limitados e que todas as espécies de animais e vegetais dependem dos serviços ecossistêmicos dos recursos naturais para sua existência (RIBEIRO, 2009).

Pesquisas científicas evidenciam que agregar valor monetário à bens naturais é uma forma de protegê-los assegurando que futuras gerações também possam usufruir desses bens, ao mesmo tempo em que pode contribuir também com o desenvolvimento econômico regional ou local. A valoração econômica ambiental é vista como uma ferramenta que pode auxiliar na preservação e manutenção de ativos ambientais que são de fundamental importância para o equilíbrio da vida no planeta.

Marques e Connine (1997) externam que diferentes autores classificam diversos métodos de valoração ambiental, mas que no geral essa classificação se expressa em três categorias: a) métodos que se utilizam de informações de mercado direto ou indireto, onde o preço hedônico e o valor de bens substitutos são os mais empregados nas questões ambientais; b) métodos que se baseiam no mercado hipotético e é averiguado por meio de questionários o estado das preferências, para contribuições financeiras individuais ou institucionais feitas aos órgãos responsáveis pela preservação ambiental; e c) métodos de dose-resposta, que procuram identificar danos e alterações na qualidade ambiental, observados no ambiente natural ou construído pelo homem.

Vieira (2014) defende que as paisagens portadoras de belezas cênicas devem ser tratadas com cuidado tanto pelo poder público quanto pela sociedade humana e que por representarem um enorme potencial turístico, econômico, cultural e de bem-estar social ao alcance de todos, devem vir a ser áreas especialmente protegidas.

O fato de estado do Amapá conter uma enorme porcentagem de seu território ainda protegido, o torna um cenário propício e ideal para atividades turísticas ecológicas de base comunitária, auxiliando no fortalecimento socioeconômico da região.

Nesse contexto o objetivo desse trabalho é valorar as belezas cênicas ao longo da BR 156 Macapá à Laranjal do Jari, com a finalidade de contribuir com o desenvolvimento local, e também com possíveis atividades turísticas na região.

METODOLOGIA

Caracterização da área de estudo

O estudo foi realizado ao longo da BR-156 no trecho que liga Macapá à Laranjal do Jari, passando pelos municípios de Macapá, Santana, Mazagão e Laranjal do Jari, nesse trecho no sentido norte-sul do Estado a BR compreende a extensão de 256 km. Às margens da estrada é possível observar diferentes tipologias florestais dentre as quais a vegetação ombrófila densa, veredas e em sua grande maioria a vegetação do cerrado, além de belezas cênicas passíveis de serem valoradas em áreas de propriedades particulares, assentamentos, unidades de conservação e comunidades.

Coleta e análise de dados

O levantamento de dados foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa *in loco*, onde, a área de estudo foi percorrida e georreferenciadas no trecho Laranjal do Jari até a comunidade do Maracá, com uso do GPS E-TREX10 Garmin com a finalidade de coletar os pontos das áreas com maior potencialidade de valoração, obteve-se imagens dessas potenciais áreas com uso de uma câmera fotográfica CANON PowerShot SX400 IS para fins de análise.

Tabela 1. Pontos georreferenciados ao longo da BR 156 no trecho Laranjal do Jari à comunidade do Maracá, Amapá, Amazônia, Brasil.

| Locais/comunidade | S | W |
|-----------------------------------------------------|------------|-------------|
| Comunidade Martins | -00.578886 | -52.296.792 |
| Balneário do Água Branca | -00.558835 | -52.172.824 |
| Comunidade Água Branca | -00.549386 | -52.185.121 |
| Ponte Rio Cajarí | -00.548295 | -52.176.407 |
| Vale Próx. Com.São Pedro | -00.528688 | -52.182.809 |
| Ponte São Pedro | -00.456787 | -52.078.368 |
| Comunidade São Pedro | -00.456502 | -52.078.498 |
| Comunidade do Sororoca | -00.331185 | -51.954.387 |
| Comunidade do Laranjal | -00.331183 | -51.954.366 |
| Comunidade. N ^a S ^a Conceição | -00.295689 | -51.693.380 |
| Entrada da Cachoeirinha | -00.281264 | -51.774.333 |
| Cachoeirinha | -00.277729 | -51.775.398 |
| Comunidade do Maracá | -00.186003 | -51.735.277 |



Figura 2. Formações florestais de cerrado localizado na localidade conhecida como K7 nas coordenadas -00.413216 S e -52.063.132 W no município de Laranjal do Jari, Amapá, Amazônia, Brasil. Fonte: Autores



Figura 3. Formações florestais ombrófilas localizadas ao longo da BR 156 no município de Laranjal do Jari, Amapá, Amazônia, Brasil. Fonte: Autores.



Figura 4. Formações rochosas localizadas nas coordenadas -00.404491 S e -52.056.915 W município de Laranjal do Jari, Amapá, Amazônia, Brasil. Fonte: Autores.



Figura 5. Rios e igarapés às margens da BR-156 localizadas nas coordenadas -00.182868 S e -51.735.510 W no município de Mazagão no trecho Laranjal do Jari à comunidade do Maracá, Amapá, Amazônia, Brasil. Fonte: Autores.



Figura 6. Propriedade particular Recanto Ecológica Hiara localizada à margem da BR 156 no município de Laranjal do Jari, Amapá, Amazônia, Brasil. Fonte: Autores.

Vieira (2014) relata que em países como o Reino Unido as áreas de Alta qualidade cênica são protegidas legalmente afim de conservar e realçar as belezas naturais de suas paisagens. No Brasil tem-se a exemplo a valorização econômica da estrada Parque Pantanal localizada no sudoeste do Mato Grosso, em 2004 pesquisadores utilizaram o método de

valoração contingente para valorar o fluxo veicular na estrada Parque Pantanal devido às riquezas naturais ali existentes, onde ao fim da pesquisa teve-se um resultado positivo sendo possível estabelecer um valor para o uso de um ativo ambiental, mesmo considerando as limitações de aplicação do método de valoração contingente.

Apesar de o Brasil possuir uma das legislações ambientais mais completas, necessita-se de mais políticas públicas eficientes que auxiliem no cumprimento dessas leis, incentivando a mais pesquisas voltadas ao ecoturismo e assim fomenta a socioeconomia de regiões como o Estado do Amapá.

CONCLUSÕES

Com base nas informações obtidas é notório o potencial da região para exercer o turismo de base comunitária e assim auxiliar na economia das comunidades. Além disso torna-se importante o incentivo à mais pesquisas pela comunidade acadêmica local, tornando assim acessíveis informações sobre belezas cênicas que até então passam despercebidas por pessoas que trafegam na BR 156.

AGRADECIMENTOS

Ao PIBIC/PROPESQ/IFAP, pela bolsa de pesquisa.

Ao meu Amigo e orientador Dr. Diego Armando Silva da Silva, por ter acreditado no meu potencial e me escolher para a realização deste trabalho, assim como pela paciência e dedicação em mim investidas.

Ao meu amigo e parceiro de todas as horas Lourran Tenório de Oliveira, pelo apoio, paciência e colaboração nas longas horas de estudo e pesquisa.

À minha família que sempre esteve ao meu lado.

REFERÊNCIAS

MALDONADO, A. D. R. M. Valoração econômica ambiental como instrumento do planejamento ambiental. In: I Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação, Naviraí, 14 set. 2017. Disponível em: <<http://seer.ufms.br/index.php/EIGEDIN>>. Acesso em: 08 abr. 2018.

MARQUES, J. F.; CONNINE, A. E. A teoria neoclássica e a valoração ambiental. **Embrapa e Meio Ambiente**, p. 39, 1997.

MOTTA, R. S. **Economia Ambiental**. 1. ed. Rio de Janeiro. FGV, 2008.

RIBEIRO, G. D. **Valoração ambiental: síntese dos principais métodos**. Rio Claro: UNESP, 2009. Monografia (Graduação em Engenharia Ambiental) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2009.

SANTIAGO, D. R. **Gestão Ambiental: Métodos de valoração econômica dos danos ambientais no país**. Portal Educação. Brasília, 20 nov. 2014. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/administracao/gestao-ambiental-metodos-de-valoracao-economica-dos-danos-ambientais-no-pais/58824>>. Acesso em: 08 de abr. 2018.

SERRA, A. M. et. al. **A valoração contingente como ferramenta de economia aplicada à conservação ambiental: o caso da estrada parque pantanal**. Ipea, 2004.

VIEIRA, L. D. F. D. S. **A valoração da beleza cênica da paisagem do bioma pampa do Rio Grande do Sul: proposição conceitual e metodológica**. Porto Alegre, 2014.